



Rádio Peão

TABELA DE TURNO E PLR: PETROBRÁS INSISTE NO CONFRONTO

Em reunião realizada na quarta-feira (8), com a Gerência de Pessoas da Petrobrás, a FUP e sindicatos afiliados reafirmaram o posicionamento dos petroleiros nas assembleias a favor da manutenção das tabelas de turno de revezamento. A Federação também tornou a cobrar posicionamento sobre a PLR e questionou as gerências sobre a implantação da chamada “demanda reduzida” e o assédio em relação às homologações de rescisões de trabalhadores que aderiram ao PIDV.

Tabela de turno

Mesmo diante do resultado unânime das assembleias, que referendaram a proposta da FUP apresentada à Petrobrás para manutenção e pactuação das tabelas de turno de revezamento em um termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), a Gestão de Pessoas da Petrobrás insiste em implantar a tabela “3×2”.

A empresa informou que é “impossível” manter as antigas tabelas. Além disso, os gestores afirmaram que continuarão com o cronograma

de implantação da nova tabela e que qualquer negociação com os sindicatos em relação à “tabela C” só será feita após a “3×2” entrar em vigor.

A Gerência de Gestão ainda condicionou essa negociação a um acordo em que a FUP e os sindicatos se comprometem a não judicializar a nova tabela e abrem mão de todo o passivo trabalhista decorrente de ações que questionem as tabelas de turno praticadas pela Petrobrás. E mais: o tal acordo proposto prevê que, mediante “decisão administrativa” a empresa pode voltar a aplicar a tabela “3×2”.

As representações sindicais afirmaram que a atitude da empresa irá aumentar o passivo trabalhista e que o único acordo que garantiria o compromisso dos sindicatos de não contestar a Petrobrás na Justiça seria a manutenção das tabelas atuais.

A FUP e os sindicatos afirmaram também que só negociarão uma nova tabela com a empresa, sem condicionamentos jurídicos e mediante a suspensão da implantação da tabela “3×2”.



PLR

A Petrobrás continua descumprindo as novas orientações para a PLR, contidas na Medida Provisória 905/2019. Segundo o Artigo 48 da MP, as regras para o pagamento da PLR podem ser definidas em até 90 dias antes da data estabelecida de quitação, o que altera todo o processo de negociação das PLRs 2019 e 2020.

Ao ser mais uma vez questionada pela FUP se cumprirá a MP 905 e se aceitará a mediação da negociação pelo TST, a Gerência de Pessoas mentiu novamente, alegando que precisa de autorização do Governo Federal para validar a MP e que seus efeitos sobre a PLR de estatais ainda não são claros. O acordo de PLR assinado

pelo Serpro (uma empresa estatal federal), com a mediação do TST, foi feito com base na MP 905.

Para o diretor Alexandre Finamori, a postura da empresa sob o governo Bolsonaro segue sendo de intransigência e completo desrespeito com a categoria.

“Realizaremos setorizadas nos próximos dias para dialogar com os trabalhadores e estamos avaliando com outros sindicatos sobre respostas jurídicas e de mobilização diante dos absurdos que estamos vivendo”, afirma o diretor do Sindipetro/MG.

Mais informações sobre a reunião realizada na quarta-feira estão disponíveis no site do Sindicato: www.sindipetro.org

Com informações da FUP

INTERSTÍCIO: GERÊNCIA DA REGAP INICIA NOVO ATAQUE

Em plena véspera de Natal, a gerência da Refinaria Gabriel Passos (Regap) surpreendeu ao anunciar nova medida prejudicial à categoria. Petroleiros que retornaram ao trabalho após o cumprimento do interstício deverão, a partir de 01/01/2020, estender seu horário até completar a jornada de oito horas.

A diretoria do Sindipetro/MG tomou conhecimento da medida por meio de denúncia feita pelos trabalhadores.

Na manhã de quarta-feira, dia 8, o diretor Alexandre Finamori esteve com a gerência de Recursos Humanos da Regap.

O diretor questionou o RH pelo fato de a mudança ter sido implementada sem nenhuma negociação com a categoria nem comunicada ao Sindicato. “O Sindipetro/MG repudia esse novo ataque contra a categoria petroleira e lutará para que essa medida absurda seja barrada”, afirma Alexandre.



Medidas

O Sindipetro/MG tomará as medidas cabíveis diante do ataque aos direitos da categoria. Uma ação judicial está sendo elaborada e a denúncia será encaminhada aos órgãos competentes.

Além disso, o coordenador Anselmo Braga, que está acompanhando a situação desde a primeira denúncia, se comprometeu a levar a questão para o grupo de trabalho

sobre hora extra. A mudança aplicada na Regap também foi questionada na Sede, na quarta-feira (8), pelo coordenador, mas ainda sem respostas.

“É mais um passo que a empresa dá no sentido de destruir a vida social dos trabalhadores. A Regap é a única refinaria que está colocando os trabalhadores para dobrar dois, três turnos seguidos”, disse o coordenador.

Orientação

Até a efetivação das medidas tomadas, caso o trabalhador seja convocado a estender horário após cumprimento do interstício, o Sindicato orienta que, ao tratar o ponto, não seja alterado o PHT desse período. A ocorrência deve ser lançada como hora extra e o registro do tratamento de ponto enviado para o e-mail: diretoria@sindipetromg.org.br

SINDIPETRO REALIZA ASSEMBLEIA PARA FORMAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

No dia 13 de janeiro será realizada assembleia para escolha da Comissão Eleitoral responsável por acompanhar as eleições para a nova diretoria do Sindipetro/MG

(2020/2023). A atividade terá início às 17h30 na sede do Sindicato (Avenida Barbacena, 242, Barro Preto - Belo Horizonte).

Neste mesmo dia, será definida a data de publi-

cação do edital de eleição, além do registro das chapas e dos trâmites e duração das eleições.

A comissão eleitoral será formada por no mínimo três e no máximo cinco

associados, que acompanharão as eleições e garantirão a lisura do processo.

O Sindicato ressalta que participação é fundamental para uma eleição transparente e democrática.